



Folha nº .....  
DP4 - Curitiba S.A.  
Rubrica:.....

## PROTOCOLO 01-081358/2022

### PARECER Nº. 043/2022-DP-4

#### **INEXIGIBILIDADE LICITAÇÃO - ANUIDADE CREA - OBRIGATORIEDADE REGISTRO - VIABILIDADE JURÍDICA.**

Mediante o presente, a Gerência Financeira Administrativa e de Pessoal da Companhia de Desenvolvimento de Curitiba – Curitiba S.A., solicita parecer jurídico acerca da possibilidade de inexigibilidade de licitação para Pagamento de mensalidade de contribuição associativa para a AECIC (Associação das Empresas da Cidade Industrial de Curitiba).

O projeto básico acostado na seq 2.1 apresenta justificativa e interesse na referida associação, apontando as relações e contrapartidas em relação ao apoio da entidade nas ações governamentais na região da Cidade Industrial de Curitiba.

Remetido o presente processo a esta Supervisão, e de posse de toda a documentação que o instrui, verificou-se que não há quaisquer impedimentos jurídicos para que ocorra a contratação direta do objeto descrito no projeto básico (seq 2.1).

Com fundamento nas justificativas apresentadas, juridicamente deverá ser inexigível a licitação para a contratação dos serviços descritos no projeto básico, conforme norma contida no caput do artigo 30 da Lei 13.303/2016. Isto porque, o objeto da presente não se enquadra em nenhuma das hipóteses de dispensa de licitação, previstas no art. 29 da mesma lei.

Cumprе ressaltar que a inexigibilidade da licitação se aplica quando a competição se torna completamente inviável. É o que ocorre no caso em tela, já que não é plausível presumir que há outra Associação que possua os mesmos objetivos, atuações e parcerias com a Companhia em relação ao desenvolvimento da Cidade Industrial de Curitiba, que possa se submeter às regras gerais de concorrência, vez que, de fato e de direito, inexistе possibilidade de plurais associações com a mesma finalidade.

De outro viés, analisando o processo em comento quanto a sua adequação formal frente às disposições internas contidas na Instrução Normativa nº. 02/2010, que estabeleceu os procedimentos das fases preparatórias de licitação, dispensas e inexigibilidade, as quais foram integralmente observadas, consoante se constata o processo está instruído com a autorização da Diretoria Executiva (seq 2.4, com a declaração da Gerência Financeira atestando possuir recursos financeiros para arcar com a despesa em tela (seq 2.7), bem como indicação de gestor para a contratação (seq 2.5), estando o procedimento de inexigibilidade regularmente instruído.



Folha nº .....  
DP4 - Curitiba S.A.  
Rubrica:.....

Nestas condições, ressaltada a viabilidade jurídica da inexigibilidade da licitação e, portanto, a possibilidade de ocorrer a pretendida contratação direta por inexigibilidade de licitação, remetemos o presente à Diretoria Executiva que, nos termos de sua competência estatutária e normativa, e mediante conveniência e oportunidade, irá deliberar acerca do pedido inicial.

Curitiba, 10 de Junho de 2022.

**Sandra Regina S. Romaniello**  
**Supervisão Jurídica**  
**OAB-PR 18.190**

Exportado do Sistema Único de Protocolos - 01-081358/2022 - por Lilian Cardoso - Matrícula 81613 em 28/07/2022 às 10:26:32